



CELEBRAÇÃO DA VIDA

TCE retoma, após dois anos, a entrega da Medalha do Mérito Governador Dinarte Mariz com uma homenagem aos profissionais da saúde que atuaram (e atuam) no combate à pandemia de covid-19

Páginas 07

LEVANTAMENTO DA DAP
APONTA QUE 45 MUNICÍPIOS
ESTÃO SEM REALIZAR
CONCURSO HÁ MAIS
DE DEZ ANOS

Páginas 03

TRIBUNAIS SE PREPARAM
PARA AVALIAÇÃO DE
QUALIDADE DO MARCO
DE MEDIÇÃO DE
DESEMPENHO (MMD-TCC)

Página 05

EMPOSSADOS OS
ESTAGIÁRIOS
SELECIONADOS NO PRIMEIRO
PROCESSO SELETIVO PARA
ALUNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Página 12

ANIVERSÁRIO

Os 30 anos da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas - ATRICON, comemorado dia 16 de agosto, será lembrado com uma grande programação em todo o País, a partir de encontros regionais nas sedes das Cortes de Contas. Também estão previstos o lançamento de uma nova identidade visual, treinamentos, capacitações, seminários e projetos que serão desenvolvidos até 16 de agosto de 2023. Os detalhes estão sendo ultimados.



DESERTIFICAÇÃO

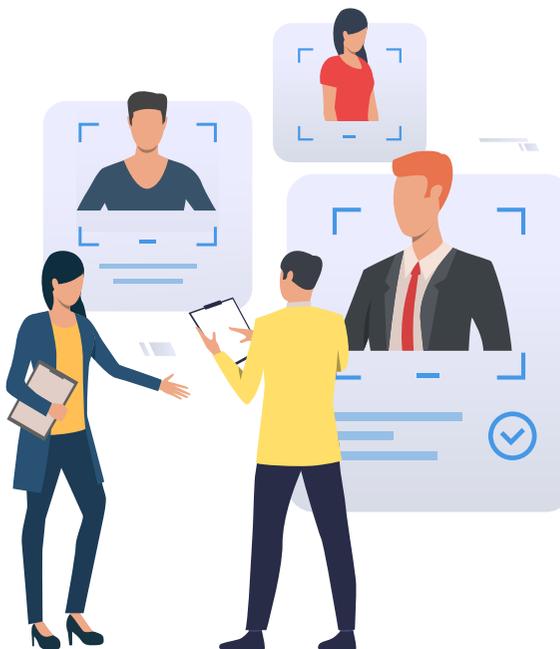
O TCE/RN está entre os órgãos fiscalizadores que estão realizando a Auditoria Operacional em Políticas de Combate à Desertificação do Semiárido e de Proteção ao Bioma Caatinga, coordenada pelo TCE/PB. Além dos TCs da Paraíba e Rio Grande do Norte participam da auditoria os estados do Ceará, Pernambuco, Alagoas e Sergipe.

A fiscalização tem o apoio do Núcleo de Supervisão de Auditorias do Tribunal de Contas da União (TCU) e faz parte do plano de trabalho para 2022 da Rede Integrar, composta pelos Tribunais de Contas brasileiros para avaliação de políticas públicas descentralizadas. A Integrar é uma rede colaborativa que tem como objetivo fortalecer o controle externo na fiscalização e no aperfeiçoamento do ciclo de implementação de políticas públicas descentralizadas no Brasil.

No TCE/RN, o trabalho será executado pela Inspeção de Controle Externo com a equipe formada pelos Auditores de Controle Externo, Marcelo Assunção, que também é o coordenador, Vladimir Souto e Mayara Modesto.

GESTÃO DE PESSOAS

O Comitê Técnico de Gestão de Pessoas do Instituto Rui Barbosa (IRB) vem se reunindo periodicamente definindo uma agenda que inclui discussões sobre a minuta de Resolução do Comitê, cronograma de encontros virtuais, troca de experiências e disseminação de boas práticas, entre outras iniciativas. Na pauta, discussão sobre a realização do “XII Encontro Técnico de Pessoas dos Tribunais de Contas do Brasil”, em data a ser definida, com sugestão e definição de temas como: Bem-estar e desenvolvimento dos colaboradores do Sistema Tribunais de Contas; Qualificação e Aprendizagem Digital, Estratégias de Engajamento e Retenção de Talentos, além de Business Partner e Gestão Comportamental. O Encontro Técnico terá como sede o Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás (TCMGO), deverá acontecer no segundo semestre e será no formato híbrido para maior adesão de participantes.



SÍNTESE ORGANIZACIONAL DO TCE

CONSELHEIRO PRESIDENTE
Paulo Roberto Chaves Alves

CONSELHEIRO VICE-PRESIDENTE
Renato Costa Dias

CONSELHEIRA PRESIDENTE DA 1ª CÂMARA
Maria Adélia de Arruda Sales Sousa

CONSELHEIRO PRESIDENTE DA 2ª CÂMARA
Antônio Gilberto de Oliveira Jales

CONSELHEIRO CORREGEDOR
Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior

CONSELHEIRO OUVIDOR
Tarcísio Costa

CONSELHEIRO DIRETOR DA ESCOLA DE CONTAS
PROFESSOR SEVERINO LOPES DE OLIVEIRA
Carlos Thompson Costa Fernandes

CONSELHEIROS SUBSTITUTOS
Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro
Antonio Ed Souza Santana
Ana Paula de Oliveira Gomes

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO-GERAL
Cleber James Teixeira Cadó

SECRETÁRIO DE CONTROLE EXTERNO
Jailson Tavares Pereira

CONSULTOR GERAL
Gudson Barbalho do Nascimento Leão

CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Marco de Almeida Emerenciano

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE
Procurador-Geral
Thiago Martins Guterres

PROCURADORES
Luciano Silva Costa Ramos
Carlos Roberto Galvão Barros
Luciana Ribeiro Campos
Othon Moreno de Medeiros Alves
Ricart César Coelho dos Santos

EXPEDIENTE

ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL:
Viktor Vidal

EDITOR: Eugênio Parcella da Silva

REPORTAGEM: Isaac Lira

PRODUÇÃO: Fátima Moraes

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO: Fernando de Souza

FOTOGRAFIAS: Maria Gabrielle

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Av. Getúlio Vargas, 690
Petrópolis - Natal/RN
CEP: 59.012-360

Telefone: (84) 3642-7278
Site: www.tce.rn.gov.br
E-mail: tce-ccs@rn.gov.br
Facebook.com/tcedom
Twitter: TCE_RN
Instagram: tce_rn



Levantamento da DAP aponta prefeituras que estão sem realizar concurso há mais de dez anos

SEM CONCURSO, SEM EMPREGO

Levantamento da Diretoria de Atos de Pessoal do TCE/RN mostrou que pelo menos 45 municípios do Rio Grande do Norte não realizam concurso público há mais de 10 anos. No período de 2000 a 2021, foram realizados 256 concursos públicos municipais em todo o Estado.

O levantamento faz parte do Plano de Fiscalização Anual da Corte de Contas do período 2021/2022 e foi apresentado em sessão do pleno, sob a relatoria do conselheiro Gilberto Jales. O objetivo é obter um panorama acerca da forma de ingresso de agentes públicos para a composição do quadro permanente de pessoal dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte.

Foram disponibilizados questionários para as prefeituras do RN no período de 11 de fevereiro a 21 de julho de 2021. Dos 167 municípios do Estado, 139 enviaram respostas. Aqueles que não enviaram poderão responder procedimentos de apuração de responsabilidade.

Em termos gerais, o relatório demonstra que os municípios com maior número de concursos são os quais possuem maior população. A média de realização de concursos foi de 12 certames por ano, entre 2000 e 2021. Há 12 cidades cujo período sem ingresso de funcionários públicos estatutários foi de 20 anos, entre 2000 e 2021.

Vale ressaltar que os anos de 2020 e 2021 não foram inteiramente computados, pois as limitações impostas pela legislação relativa ao combate à pandemia de covid-19 não permitiram novos certames no período. O ano de 2001 foi o que teve o maior número de concursos públicos municipais: 24. Em 2004 e 2012, houve o menor número de certames: apenas cinco.

A equipe técnica da DAP também mediu se há uma relação entre um maior número de concursos e uma gestão mais eficaz. A eficácia é medida pelo Índice de Efetividade da Gestão

Municipal (IEGM), calculado pelos Tribunais de Contas. O índice traduz a efetividade da gestão municipal nas áreas de prestação de serviços básicos. “A relação entre quantidade de concursos e posição do Município no IEGM é muito fraca ou inexistente. Dessa forma, observou-se que cidades com IEGM baixo realizaram muitos concursos e outros com IEGM alto não realizaram. Ocorrendo, também, situações opostas”, diz o relatório.

O resultado do estudo será enviado para conhecimento da Federação dos Municípios do RN. Além disso, deve “ser usado na seleção de casos que mereçam aprofundamento pelos auditores, de modo a alcançar indícios e evidências que reforcem a justificativa de auditorias futuras, a exemplo da possibilidade de cruzamento com dados de proporcionalidade entre cargos efetivos e não efetivos na composição dos quadros de servidores”, aponta o relatório.

CICLO DE FORMAÇÃO PARA AUDITORES

Atividade considerada essencial no âmbito do controle externo, exercido pelo Tribunal de Contas por força da Constituição, a função do auditor de controle externo assume cada vez mais relevância por ser este perfil profissional responsável pela realização do planejamento, das fiscalizações e instrução dos processos que tramitam nas organizações que atuam com a correta aplicação do recurso público e no combate à corrupção. Diante da dinâmica do exercício profissional torna-se imprescindível a realização de momentos que possibilite mais capacitação, atualização e troca de experiências entre os servidores que compõem esta categoria.

Com este objetivo, a Escola de Contas Professor Severino Lopes de Oliveira, do Tribunal de Contas do Estado, deu início a um Ciclo de Formação de Auditor de Controle Externo (CFACEX), “atendendo a demandas de capacitação que vínhamos recebendo, buscando proporcionar momentos de

aprendizagem e aprofundamento em torno de temas relativos à atuação profissional”, destacou a coordenadora geral da Escola de Contas, Marise Magaly, na abertura do evento.

O ciclo de formação foi aberto pelo presidente da Associação Nacional dos Auditores dos Tribunais de Contas – ANTC, Ismar dos Santos Viana. Auditor de controle externo do Tribunal de Contas de Sergipe, entre as várias formações que possui, Ismar é especialista em combate à corrupção: prevenção e repressão aos desvios de recursos público. Atualmente é doutorando em Direito Administrativo, pela PUC-SP. É autor do livro “Fundamentos do processo de Controle Externo”. No módulo de apresentação, falou sobre o desenvolvimento profissional e os desafios para o futuro.

Ainda na abertura, Marise Magaly destacou alguns pontos relevantes na formação, que acontecerá até 2023 e será desenvolvido por módulos, em formato híbrido, com encontros

presenciais e virtuais, compondo uma carga horária prevista em 96 horas/aula. O Módulo I aconteceu nos dias 18, 19 e 20 de maio, em formato presencial, ministrado pelo prof. Nelson Nei Granato Neto, abordando o tema “Normas Brasileiras de Auditoria aplicadas ao Setor Público (NBASP).

Os demais encontros abordarão os seguintes temas: módulo II - Normativos do TCE/RN e seus impactos na atividade de Controle Externo; módulo III - Tratamento jurídico das Representações e Denúncias; módulo IV - Ferramentas Eletrônicas e o seu uso na Atividade de Controle Externo; módulo V - Nova Lei de Licitações; módulo VI - Contabilidade Aplicada ao Setor Público; módulo VII - Lei de Responsabilidade Fiscal; módulo VIII - Auditoria Governamental: Métodos para Coleta e Avaliação de Evidências e módulo IX - Auditoria Ágil com Framework Scrum. A certificação acontecerá por participação em cada módulo.



Atendendo a uma demanda da categoria, Escola de Contas iniciou capacitação e atualização para os auditores que atuam no TCE

CAPACITAÇÃO PARA APLICAÇÃO DO MMD-TC



Equipes dos TC's de todo o País são capacitadas para aplicação do MMD-TC

Um total de 255 servidores de Tribunais de Contas de todo o País participaram da Capacitação das Comissões de Avaliação e de Controle de Qualidade do Marco de Medição de Desempenho (MMD-TC), realizado em formato híbrido, com sede presencial no Tribunal de Contas dos Municípios de São Paulo (TCM-SP). “O MMD-TC é o principal instrumento de avaliação dos Tribunais de Contas (TCs) do Brasil, incorporando diretrizes da Atricon e de organismos internacionais. Essa ferramenta se revela ainda mais necessária nesse momento pós-pandêmico, que trouxe impactos significativos à população, exigindo um esforço governamental ainda maior”, relatou, na abertura do evento, o presidente do TCM-SP, João Antonio da Silva Filho.

Representaram o TCE-RN no evento o conselheiro Gilberto Jales, o conselheiro substituto Antonio Ed Santana, o consultor geral, Ronald Morais e

o coordenador de Planejamento e Gestão, Cesar Gláucio Torquato.

O presidente da Atricon, Cezar Miola, a adesão dos TCs e dos servidores nessa fase de capacitação indica a vitalidade do projeto cujo ciclo não foi aplicado em 2021 devido à pandemia. “Neste ano, estamos retomando esse processo de análises, de visitas técnicas e incluindo alguns quesitos relacionados aos reflexos da pandemia na atuação dos Tribunais de Contas. Como regra, essas instituições, assim como outras, interromperam suas atividades presenciais, mas não deixaram de atuar. Ao contrário, tiveram um desempenho com produtividade elevada, mas é necessário que analisemos esses impactos da crise sanitária nas instituições de controle externo”, observou.

O empenho dos servidores e o apoio dos presidentes dos TCs à iniciativa foram fatores destacados

pelo coordenador-geral do MMD-TC, Carlos Ranna de Macedo. “Esse é um dos trabalhos mais ambiciosos desenvolvido pelo Sistema Tribunais de Contas e, sem dúvida, um dos mais relevantes mecanismos de avaliação do controle externo, dada a sua complexidade e abrangência. O ciclo 2022 trará algumas novidades, como a utilização da ferramenta Aprimore, desenvolvida pelo Tribunal de Contas de Rondônia. Além disso, está previsto a avaliação de 402 critérios em diferentes áreas, incluindo as ações desenvolvidas durante a pandemia”, pontuou.

O presidente do CNPTC e da Abracom, Joaquim de Castro, ressaltou a atuação da Fundação Vanzolini, agente certificadora do projeto. “O processo de certificação garante um olhar externo para o trabalho desenvolvido pelas equipes. É também uma etapa que norteia todo o ciclo das avaliações”, afirmou.

PRIMEIRA REUNIÃO DE TRABALHO DO MMD-TC



Avaliações dos tribunais de contas serão realizadas no segundo semestre

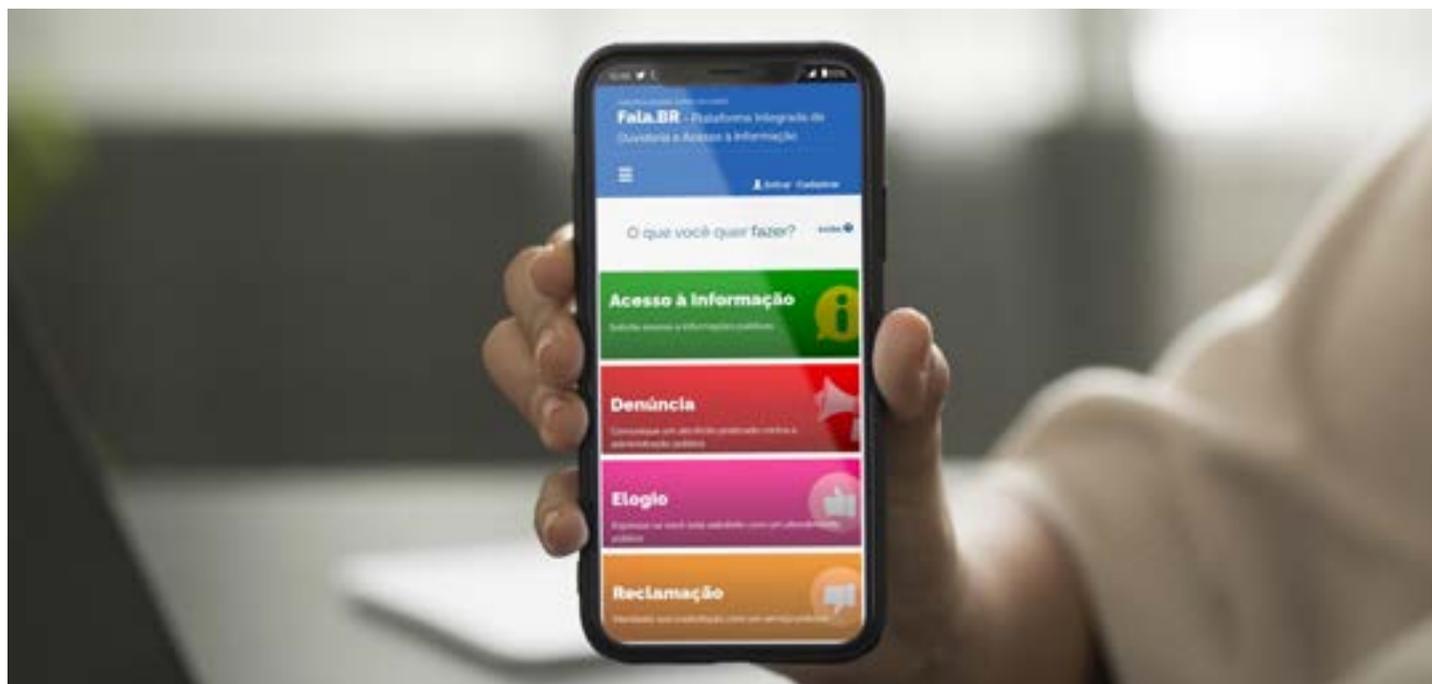
O presidente do Tribunal de Contas do Estado, conselheiro Paulo Roberto Alves, reuniu os diretores do órgão para iniciar, em âmbito local, os trabalhos do Marco de Medição de Desempenho (MMD-TC), projeto de auto-avaliação dos Tribunais de Contas capitaneado pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon).

O objetivo da reunião foi transmitir aos técnicos do TCE as diretrizes contidas no relatório final da capacitação do MMD-TC, realizada pela Atricon no Tribunal de Contas dos Municípios de São Paulo, entre os dias 25 e 27 de maio, com as comissões de todos os TCs do país.

“A avaliação do MMD-TC é de grande relevância para o aperfeiçoamento dos Tribunais de Contas. Tudo o que estamos fazendo hoje, em termos de modernização e avanço, será avaliado e vai surtir efeitos positivos no futuro”, afirmou o presidente.

O conselheiro Gilberto Jales, que participou do treinamento em São Paulo e também integra uma das comissões da Atricon que irá avaliar os TCs, fez um breve relato de como o MMD-TC tem sido tratado com importância pelo sistema dos Tribunais de Contas. “Esse projeto é um diamante dentro da Atricon. Tem uma energia positiva muito interessante e é muito importante para a auto-avaliação dos Tribunais. O programa vem sempre buscando melhorias”, disse.

As informações técnicas foram transmitidas pelo coordenador da Assessoria de Planejamento e Gestão do TCE, Gláucio Torquato, que também integra uma das comissões do MMD-TC. No segundo semestre, as comissões farão as visitas presenciais aos TCs de acordo com o cronograma do programa de avaliação.



DEMANDAS CENTRALIZADAS NA PLATAFORMA FALA.BR

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-RN) vai centralizar num canal único de atendimento o encaminhamento de todas as manifestações de ouvidoria (denúncias, reclamações, solicitações, sugestões e elogios), solicitações de simplificação, além dos pedidos de informação, nos termos da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI).

A partir de 20 de junho de 2022, os atuais sistemas serão desativados para dar lugar exclusivamente à plataforma Fala.BR, desenvolvida e mantida pela Controladoria-Geral da União (CGU), e que atualmente

vem sendo usada em conjunto com os sistemas “Fale Conosco” e “e-SIC”, disponíveis no site do TCE-RN.

Com o objetivo de disponibilizar mais um canal de encaminhamento das manifestações dos cidadãos, o TCE-RN aderiu, em 2020, à plataforma Fala.BR. Nesse novo ambiente, as manifestações serão recebidas e tratadas de forma centralizada, facilitando o acompanhamento das demandas pelos cidadãos e pelo próprio TCE-RN.

Além do registro das manifestações, o novo sistema permitirá, entre outras ações,

o acompanhamento do cumprimento dos prazos de resposta, a consulta às respostas enviadas aos cidadãos (histórico) e a apresentação de recursos (nos casos de pedidos de acesso a informações) e de denúncias.

Para mais informações, a Ouvidoria recomenda consultar o Manual do Usuário do Fala.BR, que poderá ser acessado no link a seguir: Manual do Usuário do Fala.BR (versão 1, março/2022).

Link de acesso ao novo sistema: <https://falabr.cgu.gov.br/publico/RN/Manifestacao/RegistrarManifestacao>

SUORTE POR MEIO DO APLICATIVO WHATSAPP

O presidente do Tribunal de Contas do Estado, conselheiro Paulo Roberto Alves, informou em sessão do Pleno que agora, além dos meios de contatos já existentes (telefone fixo, email e atendimento presencial), a Central de Atendimento ao Jurisdicionado (CAJ) passa a contar com mais um canal de comunicação com os seus jurisdicionados: o aplicativo de mensagens WhatsApp pelo número (84) 3642-7289.

O atendimento estará disponível de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h.

A Coordenação de Soluções Tecnológicas para o Controle Externo (COEX), responsável pela CAJ, disponibiliza o WhatsApp Web Business, com ramal específico para que os jurisdicionados possam apresentar suas dúvidas sobre as prestações de contas, preenchimento de dados do SIAI e diversas outras que necessitem de esclarecimentos.

“A Presidência compreende que hoje o WhatsApp é uma ferramenta de comunicação de trabalho e a possibilidade de maior interação com os nossos jurisdicionados é que nos levou a implementar essa medida”, afirmou o presidente.





Solenidade de outorga da medalha do mérito Dinarte Mariz retoma com homenagem aos profissionais da área de saúde

HOMENAGEM AOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE

Em meio a um cenário de crise, a celebração da vida. Em suma, foi assim a solenidade de outorga da Medalha do Mérito Governador Dinarte Mariz, realizada pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte na manhã desta sexta-feira, 10 de junho, desta feita homenageando médicos, enfermeiros, cientistas e demais profissionais da área de saúde que atuaram no combate ao covid. “Temos que celebrar este instante, homenageando a tantas personalidades que atuam com afinco, respeito e dignidade, muitas vezes no anonimato, salvando vidas”, relatou o presidente do TCE, Paulo Roberto Chaves Alves, no discurso de abertura do evento. Participaram da solenidade a governadora Fátima Bezerra, o vice-governador, Antenor Roberto, o presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), desembargador Gilson Barbosa de Albuquerque; o procurador-geral do Estado, Luiz Antônio Marinho; o Reitor da UFRN, José Daniel Diniz; entre outras autoridades.

Depois de dois anos sem celebração por conta da pandemia, período em que o TCE teve que se refazer, inclusive trabalhando em home Office, a Corte de Contas reabriu suas portas reconhecendo o trabalho realizado pelos profissionais da área de saúde, representados pelos médicos Antônio

Francisco de Araújo, Bernardo Américo Miranda Rosado de Sá, Fernando Antônio Brandão Suassuna, Kleber Giovanni Luz, Marcos Dias Leão, Marcos Francisco de Assis Fulco, Ney Marques Fonseca, Robinson Dias de Medeiros, a médica Jessica Gonçalves Pinto Costa da Silva e o enfermeiro Thomas Matheus da Silva Lopes.

No seu discurso, Paulo Roberto fez um histórico da pandemia no Estado e seus impactos no mundo todo, contextualizando com o trabalho executado pelo Tribunal de Contas neste período. “Quem imaginava que um dia iríamos passar por isso?”, ressaltou, lembrando que “a tragédia passou pelo desencontro de informações, com questionamentos à ciência, discussões em torno da eficiência de medicamentos e protocolos e a preocupação com o viés econômico, a dinâmica do trabalho, da produção, políticas públicas paralisadas, salas de aula sem alunos e professores. Vieram as mudanças, e foram muitas”, disse.

“Mas, em meio à crise, a pandemia desencadeou um universo de idéias e reflexões que circularam em todo o mundo, mostrando a necessidade de mais empatia, a importância de cultivar um olhar mais próximo, humano, solidário e gentil para com o outro”,

ressaltou, acrescentando: “A pandemia veio mostrar que todo mundo precisa se cuidar, por si e por todos. A atitude do outro repercute em cada um de nós. Somos únicos, mas fazemos parte de um todo”, relatou, acrescentando que “o isolamento social, em vez de nos individualizar ainda mais, reforçou a necessidade de estarmos conectados com o outro, mostrou o valor de um abraço, do que representa um mero aperto de mão, de simplesmente ficar e valorizar o próximo, a quem amamos”.

Na ocasião, também foi feito o lançamento de mais uma edição da Revista do TCE, que além dos artigos técnicos, trás um caderno especial destacando o trabalho realizado pelos médicos, com artigos escritos pelos profissionais que atuaram na linha de frente.

Em seguida, representando os homenageados, o médico Kleber Luz enfatizou que o “Rio Grande do Norte registrou várias epidemias ao longo do tempo, cada uma com características próprias”, destacando fatos históricos que remetem a casos de febre amarela, gripe espanhola, cólera, varíola, AIDS, difteria, dengue, malária e outras, “mas nada pode ser comparada a epidemia do covid-19”, disse, enfatizando as consequências físicas e psicológicas que desencadeou na sociedade, sobretudo pelo sofrimento e isolamento que causou. Falando da sua experiência pessoal, contou que carrega na memória dois momentos marcantes, primeiro quando chegou no hospital e viu cinco pacientes enrolados em lençóis brancos, todos mortos e o segundo um colega médico sentado no chão, isolado e triste por ter perdido, mais uma vez, esta batalha. O cenário só veio melhorar com o início da vacinação.

“A covid continua”, disse, lembrando que a assistência médica é uma necessidade permanente e agradecendo pelo reconhecimento ao papel desempenhado por todos os homenageados, ali representando os valiosos profissionais de saúde, que tratam dos doentes e continuam com os sequelados. “Estes anos foram dramáticos. Mas a pandemia em nosso estado certamente seria pior sem a participação destes médicos”, ressaltou.

A cerimônia contou com uma apresentação especial do músico Carlinhos Zens, que abrilhantou o momento com duas músicas do cancionero popular: Ranchinho de Palha e Flor de Xanana.

IMPLANTAÇÃO DO PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO

O Tribunal de Contas do Estado respondeu consulta formulada pelo Governo do Estado acerca da implantação do piso nacional do magistério. A Corte de Contas decidiu que a implantação do reajuste configura reajuste salarial. Além disso, ele pode ser aplicado mesmo que o ente público esteja acima dos limites de gastos com pessoal, por ser uma determinação legal, mas apenas para aqueles professores que estejam recebendo valores menores que o piso.

A consulta foi relatada pelo presidente do TCE, conselheiro Paulo Roberto Alves, em sessão do Pleno, cujo voto foi aprovado pelos demais membros por unanimidade. O Governo do Estado perguntou ao TCE se as alterações promovidas pela implantação do piso

nacional são reajuste ou recomposição salarial, se a implantação faz parte das exceções às vedações impostas pela LRF para o caso do limite de gastos com pessoal e se há restrições em virtude do ano eleitoral.

De acordo com o voto, a implantação do piso nacional configura reajuste salarial, pois não apenas recompõe os vencimentos da categoria, mas proporciona um aumento real. Ao mesmo tempo, em virtude de haver uma determinação legal - a Lei nº 11.738/2008, que estabelece que a elevação do piso da magistratura deverá ocorrer anualmente - o pagamento do piso nacional não está sujeito às limitações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal para os entes que estejam acima dos limites de gastos com pessoal.

Dessa forma, é possível implantar o reajuste, mesmo estando acima dos limites de gastos. Contudo, apenas para aqueles professores cujos vencimentos estejam abaixo do piso da categoria. “Em decorrência da atualização anual, não surge qualquer obrigação de reescalamento da carreira ou de elevação dos valores dos vencimentos dos profissionais que porventura tenham vencimento básico em valor acima daquele fixado como de piso nacional”, aponta o voto.

Por fim, o reajuste está sujeito às restrições relativas ao ano eleitoral, “não sendo possível conceder aumento remuneratório real aos profissionais do magistério dentro dos 180 dias anteriores às eleições”.



Consulta foi respondida em sessão do Pleno

PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA



Lançamento do Programa Nacional de Transparência Pública

Em cerimônia realizada na sede do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCM-SP) foi lançado o Programa Nacional de Transparência Pública, que tem como finalidade mapear os sites da administração pública de todo o Brasil, das três esferas de governo, incluídos os sites mantidos pelas próprias instituições de controle externo, a partir de acordos firmados com os Tribunais de Contas.

A iniciativa conta com o apoio do Instituto Rui Barbosa (IRB), Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci), da Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom), do Conselho

Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC) e do Tribunal de Contas do Mato Grosso (TCE-MT).

Segundo o presidente da Atricon, Cezar Miola, “a transparência permite o engajamento cívico da população na formulação, no acompanhamento e na avaliação das políticas públicas, inclusive sob a forma de reivindicações e sugestões”. Para o coordenador do Programa, conselheiro do Tribunal de Contas do Mato Grosso, Antônio Joaquim, a transparência é condição essencial para o exercício da cidadania, pois a informação assegura a participação consequente e efetiva do cidadão. Para ele,

a atuação dos TCs na fiscalização da transparência ajuda na efetividade da Lei de Acesso à Informação (LAI).

Durante o evento, realizado no plenário do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, foram apresentadas a metodologia e as ferramentas que serão utilizadas no projeto. O encontro teve a participação do jornalista Tiago Mali. O profissional foi chefe de redação no Poder360, editor na Revista Época, redator-chefe na Revista Galileu, editou os sites da ONU e do PNUD no Brasil e atualmente é diretor da Abraji.

COMUNICAÇÃO

“MINUTO TCE”: TRABALHO RECONHECIDO



Apresentadora do “Minuto TCE”, a jornalista Andréia Moraes recebeu o diploma representando o TCE

O Tribunal de Contas do Estado foi um dos homenageados, nesta quinta-feira (12/05), pela Câmara Municipal de Natal, durante sessão solene em comemoração aos 19 anos de fundação da TV Câmara Natal. Representado pela Analista de Controle Externo, Andréia Moraes, jornalista da Assessoria de Comunicação do órgão, o TCE recebeu o diploma pelos relevantes serviços prestados ao município de Natal.

Desde 2018 o Tribunal mantém parceria com a TV Câmara com o fim de produzir e exibir o programa “Minuto TCE”. As entrevistas semanais levam ao público informação de interesse social de qualidade sobre o trabalho que é desenvolvido no âmbito do Tribunal de Contas. A homenagem foi entregue pelos vereadores Preto Aquino, proponente da sessão solene, e Raniere Barbosa. A TV Câmara Natal é sintonizada nos canais 10 (Cabo Telecom) e 10.2 (Digital).

NOVA FERRAMENTA APONTA ACÚMULO INDEVIDO DE CARGOS

O TCE-RN disponibilizou aos jurisdicionados, por meio do Portal do Gestor, uma nova ferramenta de consulta de “Acúmulo de Cargos” que permitirá a verificação de todos os vínculos públicos dos servidores pertencentes aos seus quadros funcionais. Para uma melhor utilização do dispositivo, a Escola de Contas realizou um curso de capacitação para a correta aplicação da nova ferramenta que permite que os próprios gestores públicos tenham informações atualizadas sobre a situação funcional dos seus servidores, facilitando a identificação de eventuais acúmulos de cargos públicos irregulares existentes.

Na abertura do evento, o presidente do TCE, conselheiro Paulo Roberto Alves, ressaltou a importância do investimento em tecnologia e, conseqüentemente, o desenvolvimento de ferramentas eletrônicas que auxiliam o trabalho

de fiscalização do Tribunal. “Investir em recursos tecnológicos, dentro das nossas possibilidades orçamentárias, tem sido uma prioridade da atual gestão. A tecnologia nos ajuda a estarmos mais vigilantes aos gastos públicos. Isso é, cada vez mais, uma obrigação e o grande desafio dos órgãos de controle”, afirmou.

Já o conselheiro Carlos Thompson Costa Fernandes, diretor da Escola de Contas Professor Severino Lopes Oliveira, ressaltou a relevante função da nova ferramenta diante da complexidade do tema. “A acumulação de cargos empregos e funções no âmbito do poder público é um dos temas mais complexos que existe no universo jurídico, sendo necessário, sempre que cabível, fomentar ações educacionais como esta”.

A Constituição Federal estabelece, como regra geral, a vedação ao acúmulo de cargos públicos, ressaltando apenas as hipóteses nela expressamente previstas, como, por exemplo, a de dois cargos de professor, desde que haja compatibilidade de horários. A ferramenta também visa evitar o surgimento de novas situações irregulares, tendo em vista que os gestores terão informações prévias de eventuais vínculos públicos de possíveis candidatos a contratações ou nomeações.

A capacitação foi dividida em dois momentos. No primeiro Módulo, foram apresentados os principais aspectos da legislação sobre acúmulo de cargos públicos. No Módulo 2, foi mostrada a operacionalização da nova ferramenta. O curso foi ministrado pelo instrutor Allan Ricardo Silva de Souza, Auditor de Controle Externo do TCE-RN.



Capacitação realizada pela Escola de Contas ensina como usar ferramenta que identifica acúmulo de cargos



Termo de cooperação foi assinado entre o Ministério Público e o TCE para atuação em acordos de não persecução cível

AÇÃO CONJUNTA PERANTE A NOVA LEI DE IMPROBIDADE

O Tribunal de Contas do Estado firmou um termo de cooperação com o Ministério Público do RN para atuação em acordos de não persecução cível. O documento foi assinado pelo presidente do TCE, conselheiro Paulo Roberto Alves, e pela procuradora-geral de Justiça, Elaine Cardoso de Matos Novais Teixeira. Também participaram do ato o consultor-geral do TCE, Ronald Moraes, e a promotora Beatriz Azevedo de Oliveira.

Acordos de não persecução cível podem ser celebrados em casos de improbidade administrativa, quando há devolução de recursos referentes a dano ao erário de forma voluntária pelos investigados. A participação dos Tribunais de Contas nos acordos de não persecução é determinada pela Lei de Improbidade Administrativa.

Em âmbito nacional, a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e o Conselho Nacional dos Presidentes dos Tribunais de Contas

(CNPTC) vêm discutindo as contribuições que os TCs podem dar aos acordos. O tema foi levado à discussão no CNPTC pelo presidente Paulo Roberto Alves, que tomou a iniciativa de buscar a cooperação com o MP.

Segundo o termo de cooperação, o Ministério Público irá enviar ao Tribunal de Contas, quando necessário, solicitação para que sejam apurados os valores relativos ao dano ao erário em processos que tenham acordo de não persecução cível. A equipe técnica da Corte de Contas fará a devida apuração e remeterá os dados para o Ministério Público.

Além disso, na última quarta-feira, o TCE publicou em seu diário eletrônico a Resolução 10/2022, que regulamenta o tema. O Ministério Público deverá subsidiar a Corte de Contas com informações tais como envio dos documentos utilizados para demonstração da ocorrência do dano; os responsáveis pela prática do ato apurado; a síntese da situação caracterizada como dano ao erário, incluindo o

valor histórico e a data de ocorrência, entre outros. A unidade técnica do Tribunal terá 60 dias para realizar o cálculo.

Comissão

O CNPTC e a Atricon criaram uma Comissão Especial Temática para desenvolver estudos e apresentações de propostas para que os Tribunais de Contas pudessem proceder de forma uniforme nas demandas provocadas pelo Ministério Público. As duas entidades assinam, em conjunto com IRB e Abracom, Resolução sobre o tema. O objetivo da comissão é atuar com o objetivo de estabelecer parâmetros para o trabalho em cooperação com o MP, sugerir diretrizes para quantificação de débitos de celebração de acordos de não persecução cível e também mecanismos para a fundamentação na defesa quanto à constitucionalidade da disposição do artigo 17-B da Lei nº 8.429.



Presidente do TCE, conselheiro Paulo Roberto Alves, recepciona os primeiros selecionados com pós-graduação para estágio

ESTÁGIO PARA PÓS-GRADUANDOS

O presidente do Tribunal de Contas do Estado, conselheiro Paulo Roberto Alves, recebeu os estagiários convocados por meio do primeiro processo seletivo, no âmbito do TCE, voltado para estudantes de cursos de pós-graduação.

“Gostaria de dar as boas vindas a todos vocês. Estou muito feliz em garantir um reforço qualificado de mão-de-obra para o Tribunal de Contas. Se os estagiários de graduação já nos dão grande colaboração, os de pós vão acrescentar muito mais. O TCE vai ganhar muito com isso”, afirmou o presidente.

Ao todo, foram convocados 20 estagiários, sendo 15 da área de Direito, 4 de Ciências

Contábeis e 1 de Engenharia Civil. Na oportunidade, cada um se apresentou e fez um breve relato curricular. O secretário de Administração Geral, Cleber Cadó, após discurso de boas vindas, informou onde cada um será lotado no TCE.

O presidente Paulo Roberto também enfatizou o trabalho da Escola de Contas Professor Severino Lopes de Oliveira, unidade que organizou o processo seletivo. “A Escola é um braço direito forte do Tribunal. Agradeço ao empenho do seu diretor, conselheiro Carlos Thompson, e todos os servidores que contribuíram com o processo”, disse.

A coordenadora da Escola de Contas, Marise Queiroz, informou que os novos estagiários vão receber material de ambientação, com todas as informações necessárias ao desempenho da atividade. “Temos a honra em recebê-los. A Escola trabalha pensando em valorizar o estudante e valorizar a Casa”.

Também participaram do encontro e fizeram breve discurso de boas vindas o secretário de Administração Geral, Cleber Cadó; o secretário de Controle Externo, Jailson Tavares; o consultor-geral, Ronald Moraes; e o chefe de Gabinete da Presidência, Marco Emerenciano.